

Síntese da Conjuntura

Conjuntura econômica

Ernane Galvão
Ex-Ministro da Fazenda

A economia brasileira

Em uma visão panorâmica, ressalta-se a situação relativamente estável da economia brasileira, no contexto da profunda crise que se abateu sobre os Estados Unidos e a Europa. Em resumo, podemos destacar o seguinte:

Agricultura – É o carro-chefe da economia brasileira, atualmente, responsável pelos bons resultados da balança comercial, há mais de 10 anos. A tecnologia desenvolvida pela Embrapa foi uma verdadeira revolução.

A safra corrente revela expansão de 5,2% sobre a anterior, e o mesmo deve ocorrer na safra 2011/2012. Tudo vai bem na agricultura.

Indústria – Paralelamente à taxa de câmbio adversa e à absurda carga tributária, a indústria sofre os efeitos da intrincada burocracia e da deficiente infraestrutura, que respondem pelo elevado “Custo Brasil”. No ano passado, a produção industrial cresceu 10,5%; neste ano, vai crescer cerca de 2% e poderá comprometer a expansão do PIB nacional em 2012.

Comércio – Alimentado por uma forte expansão do crédito, de cerca de 20% ao ano, o comércio vem experimentando altas taxas de crescimento, ajudado pelo substancial aumento das importações e prejudicado pelo contrabando aberto. Em 2010, o faturamento real cresceu 10,9%, caindo para cerca de 6% neste ano.

Mercado de Trabalho – Atravessa sua fase histórica mais auspiciosa, com nível de 5,8% no desemprego e criação sustentável de cerca de dois milhões de vagas com carteira assinada. Adicionalmente, experimenta fortes aumentos reais de salários, tanto no setor público quanto no setor privado.

Emprego e renda, ao lado do crédito, respondem pelo crescimento do mercado interno, mas, em contrapartida, também respondem pelas pressões inflacionárias, um problema realmente sério, a partir de 2012, embora parcialmente compensado pela queda no preço internacional de algumas *commodities*.

Inflação – Medida pelo IPCA/IBGE, a inflação registrou alta de 5,91% em 2010 e caminha para 6,5% neste ano. São muitas as fontes de pressão inflacionária, com destaque para a expansão do crédito, o permanente déficit do setor público e os reajustes reais de salários, de responsabilidade da política trabalhista do Governo.

É possível afirmar que o maior problema do Governo Dilma, em 2012, afora a questão política, será o reajuste do salário-mínimo, das aposentadorias e pensões.

Setor Público – Continua sendo o elo fraco do sistema, permanentemente gastando mais do que arrecada, com elevação constante da dívida pública bruta, que caminha para 60% do PIB, neste ano, apesar da carga tributária de 35%. Absorvidos pelos gastos de custeio, os investimentos estão muito aquém das necessidades da infraestrutura, dos compromissos com os eventos de 2014 e 2016 e das necessidades do Pré-Sal.

O Pré-Sal – Como polo de desenvolvimento – é a grande esperança de sustentação econômica, ao lado da promissora agroindústria. Apesar dos avanços tecnológicos, ainda são assustadores os desafios e riscos inerentes à exploração de petróleo e gás em águas profundas.

Setor Externo – Representa a maior interrogação, a curto e médio prazo, em face do imprevisível desfecho da crise europeia. Até agora, o Brasil tem estado fora da crise, graças à demanda da China pelos nossos produtos de exportação, situação que não deve se alterar, no futuro próximo. Entretanto, as expectativas são de que a recuperação econômica dos Estados Unidos e da Europa pode durar de cinco a 10 anos, o que significa um longo período de baixo crescimento para o mundo.

PIB – Ante esse contexto global, o PIB nacional deverá ter um crescimento médio em torno de 3%, ou até um pouco menos, em 2011, o que não justifica qualquer desânimo, pois é suficiente para sustentar alguma melhoria da renda *per capita*.

As raízes da crise

A economia mundial continua mergulhada em uma profunda crise, iniciada nos Estados Unidos, em 2007/2008, que logo se derramou sobre a Europa.

Resumidamente,

Nos Estados Unidos, a crise tem duas vertentes: 1) no lado fiscal, o pesado desequilíbrio proveniente dos gastos militares no Oriente Médio, Iraque e Afeganistão; e 2) no lado financeiro, a crise de liquidez dos bancos, associada aos prejuízos provocados pela crise imobiliária. O governo americano tem uma dívida pública de US\$ 15 trilhões (100% do PIB) e um déficit anual de cerca de US\$ 1,2 trilhão.

O Federal Reserve System socorreu os bancos comerciais e de investimentos em cerca de US\$ 1,5 trilhão. Essa massa de recursos está praticamente ociosa no FED (liquidez empoçada) e, por isso, não provocou um impacto maior sobre a inflação.

Na Europa, a crise também tem duas vertentes: 1) de um lado, os governos de vários países desenvolveram uma exagerada política social de benefícios trabalhistas, financiando seus déficits por meio da emissão de títulos públicos, em euros, avidamente adquiridos pelos bancos europeus; e 2) como nos Estados Unidos, os bancos europeus, principalmente na Irlanda, Espanha e Portugal, se meteram em forte especulação imobiliária, que terminou em impagáveis prejuízos. Esses bancos europeus, sob severa crise de liquidez, estão sendo socorridos pelo Banco Central Europeu e pelo FMI.

A reunião do G-20, realizada em Cannes, no dia 4 de novembro, terminou praticamente sem solução para a crise da Grécia e, por extensão, da União Europeia. Nada foi decidido em relação ao aumento de capital do Fundo de Estabilização (FEEL) nem tampouco à ajuda do FMI, que precisaria elevar seus recursos de US\$ 300 bilhões para US\$ 700 bilhões. Continua de pé a ideia de que os países emergentes poderiam aportar recursos ao FMI. Por exemplo: China US\$ 100 bilhões, Japão e Índia US\$ 50 bilhões cada, Brasil e Rússia US\$ 25 bilhões cada. Perfeitamente factível.

O G-20 tratou da necessidade de fortalecimento da regulação do sistema financeiro, mas não se lembrou de adotar, como metas, os limites constantes dos Acordos da Basileia. Ou seja, não houve progresso. O sistema financeiro continua sem freios, abusando de excessiva liberdade, inclusive operando arriscadamente em derivativos nas Bolsas de Futuro.

No início deste ano, a Grécia recebeu um empréstimo-socorro de € 110 bilhões, do qual acaba de receber a parcela de € 8 bilhões, que estava suspensa. Sem essa ajuda, o governo não teria recursos para pagar o salário e as aposentadorias dos servidores públicos, em dezembro. Essa é a tragédia grega, que ainda espera um socorro de mais € 130 bilhões.

Mas o problema não é só a Grécia. Pela ordem, estão na berlinda Itália, Portugal e Espanha, e ainda a Irlanda. O total das dívidas desses cinco países chega a mais de € 7,1 trilhões, dos quais € 600 bilhões vão vencer em 2012. Os bancos brasileiros detêm US\$ 14 bilhões dessas dívidas.

No final de novembro, o Federal Reserve dos Estados Unidos repetiu uma operação de troca temporária de euros por dólares (*swap*), que já havia sido realizada antes, desde 2007. Cada operação tem um prazo de três meses, mas poderá ser repetida até fevereiro de 2013, e se destina basicamente a suprir dólares ao Banco Central Europeu, sob a garantia de euros, que serão repassados às empresas europeias a juros básicos de 1,58%. A mesma operação, sob a coordenação do FED, foi feita com os Bancos Centrais da Inglaterra, Suíça, Canadá e Japão.

O dilema europeu

Após longas e desgastantes reuniões sobre uma solução para a crise europeia, sobraram duas propostas: 1) ampliação da ação do Banco Central Europeu, para adquirir carteiras de títulos públicos em poder dos bancos, o que equivaleria a uma forte expansão monetária, como foi feito nos Estados Unidos; e 2) intermediação do FMI, mediante capitalização em cerca de US\$ 600 bilhões, dos quais US\$ 270 seriam aportadas pelos governos europeus; o restante viria de outros países.

A primeira alternativa está sendo rejeitada pelo novo presidente do BCE, Mario Draghi. Resta a saída via FMI. Nesse sentido, sugere-se que o Brasil poderia liderar um movimento para aportar algo como US\$ 250 bilhões, com a participação da China (US\$ 100 bilhões), Japão e Índia (US\$ 50 bilhões cada), Brasil e Rússia (US\$ 25 bilhões cada), além dos Estados Unidos, Canadá e outros. O Governo do Brasil ainda não percebeu a importância política dessa jogada; aceitou uma reunião com o Diretor-gerente do FMI, sem a presença do nosso Diretor-executivo Paulo Nogueira Batista.

Enquanto isso, as lideranças políticas estão promovendo a reestruturação da União Europeia, com destaque para reforçar o Acordo de Maastricht e aprovar algo semelhante à Lei de Responsabilidade Fiscal, do Brasil.

Fica faltando uma solução drástica para refrear o superdimensionamento do sistema financeiro, origem da crise, e enquadrar todos os bancos à disciplina dos Acordos da Basileia.

Os casos mais graves, da Grécia e Portugal, exigem solução específica, inclusive a reativação das atividades agrícolas, que foram abandonadas por imposição da França e da Alemanha. A preocupação maior deve ser a superação do desemprego.

Conjuntura internacional

No cenário mundial, pode-se dizer que os Estados Unidos estão melhorando lentamente, enquanto a Europa continua piorando lentamente. O PIB americano subiu 2,8% em 2011 e o europeu pouco mais de 1,0%. O Japão registrou em 2011 seu primeiro déficit comercial desde 1980. O PIB da China cresceu 8,9%. O presidente do BCE declarou que a crise da dívida europeia piorou nos últimos seis meses e classificou a situação de muito grave. Esse tipo de declarações pessimistas, que, aliás, vêm sendo repetidamente feitas pela Diretora do FMI, em nada contribuem para o avanço das negociações. O que falta é ação. Aliás, o FMI não está revelando capacidade para levantar US\$ 500 bilhões para entrar na negociação europeia. Para piorar, a S&P rebaixou a classificação do Fundo Europeu de Estabilidade Financeira (EFSF), mais uma medida lamentável das empresas de *rating*, por sinal um dos maiores responsáveis pelas irresponsabilidades do

endividamento europeu. Segundo a OIT, o mundo tem, hoje, 197 milhões de trabalhadores desempregados (6% da PEA).

A despeito das expectativas positivas, ainda não foi possível concluir as negociações da Grécia com os bancos credores. Segundo noticiário, mais da metade da dívida será reestruturada com desconto de 50% a 70% e o restante substituído por títulos com prazo de 30 anos, juros de 3,6%. Mas, infelizmente, ainda não foi possível fechar o acordo.

Ponto positivo: os países da UE aprovaram um novo pacto fiscal para a região, como queria a Alemanha. Ficaram de fora a Inglaterra e a República Tcheca.

Ponto negativo: o desemprego médio nos 17 países do bloco subiu para 10,4% em dezembro/2011, o maior nível desde 1998.

De um modo geral, a situação financeira nos Estados Unidos e na Europa está sendo sustentada pela enorme expansão da liquidez monetária com que o FED (US\$ 2,92 trilhões) e o BCE (€ 2,71 trilhões) inundaram o mercado. Como já observamos antes, essa liquidez permanece em grande parte empoçada e, por isso, não produziu inflação. Na Europa, os bancos estariam usando a linha de crédito do BCE para comprar títulos de seus governos. O que se observa, entretanto, é a fuga dessa liquidez (*carry trade*) para alguns países emergentes, com destaque para o Brasil. O Brasil é o bobo da vez.

O euro apresentou ligeira recuperação, após a França e a Espanha venderem títulos em leilão, com juros menores. O que significa a desmoralização das empresas americanas de *rating*, cujo conceito deve estar sendo rebaixado pelo mercado.

Ao que tudo indica, a questão iraniana está caminhando para a formação de um bloco político-econômico constituído pela China, Rússia e Índia com o Irã. De um lado, estariam os interesses vinculados ao fornecimento do petróleo, onde o Irã está para a China, assim como a Arábia Saudita para os Estados Unidos. De outro lado, reforça-se o quadro de oposição ao Ocidente, a começar pela substituição do dólar nas negociações expressas em moedas bilaterais, e também em ouro (vide Paulo Guimarães, *Jornal do Comércio*, 30/01/2012).

A maior preocupação atual é o cenário de agravamento da “Guerra Fria” que alimenta a indústria bélica e, ao mesmo tempo, promove o desgaste da economia americana, em face do peso dos gastos de “defesa” no orçamento fiscal (US\$ 687 bilhões, em 2011).

Atividades econômicas

Em sua última reunião de 30/2011, o Banco Central/Copom decidiu, por unanimidade, reduzir em 0,5% a taxa de juros Selic, que caiu para 11,0%. Em nossa opinião, foi uma decisão tímida, que bem caracteriza a obsessão monetarista dos diretores do BC, que ainda acreditam poder controlar a inflação por essa via. A taxa Selic, nas alturas em que a coloca o BC, está impondo ao Tesouro Nacional uma extravagante carga de juros de cerca de R\$ 240 bilhões por ano, praticamente inibindo o equilíbrio das contas fiscais do setor público. E promove uma injustificada transferência de renda em favor dos afortunados investidores de renda fixa, nacionais e estrangeiros, sem contar os distúrbios na área cambial.

Também inexplicável é a contínua corrida dos bancos nacionais para levantar empréstimos no exterior, inclusive o Tesouro Nacional, enquanto permanecem ociosas e onerosas as reservas cambiais de mais de US\$ 350 bilhões! Por outro lado, não dá para entender o anúncio do Governo de que estão sendo preparadas medidas para promover a expansão do crédito bancário com o objetivo de estimular o consumo. Uma contradição.

Segundo o índice IBC-BR do Banco Central, o PIB nacional permaneceu estagnado entre agosto e setembro (+0,02%), encerrando o terceiro trimestre com queda de 0,32%, em relação ao segundo.

Indústria

Dados ainda preliminares indicam que a produção industrial permaneceu estagnada desde o segundo semestre de 2010, apresentando um crescimento pífio de 0,4% em 2011. Segundo a CNI, o índice de uso da capacidade instalada chegou a 42,6% em dezembro/2010, levando o setor a manter elevado nível de estoques. Entretanto, a produção acumulada de aço, em 2011, cresceu 6,8%, totalizando 35,2 milhões de toneladas.

A indústria automobilística entrou 2012 com o pé no freio: queda de 29% nas vendas de carros, sendo de 47% a menos nas importações. Na indústria química, houve exportações de US\$ 15,8 bilhões contra US\$ 42,3 bilhões de importações. Essa enorme diferença se explica não só pela valorização da taxa de câmbio, mas também pelo elevado índice de custos da indústria e da pesada ineficiência da infraestrutura. A indústria da construção civil encerrou 2011 em queda, mas a venda de imóveis novos cresceu 29% em outubro/novembro. A produção

média de petróleo, em 2011, ficou em 2,021 milhões de b/d, apenas 0,9% acima do volume produzido em 2010. Considerando petróleo e gás, a produção média foi de 2,37 milhões de b/d, alta de 1,7%.

Notícia negativa: grupo alemão Thyssen-Krup estaria anunciando a venda da Cia. Siderúrgica do Atlântico, em Santa Cruz – RJ, devido a dificuldades operacionais.

Comércio

O nível de endividamento das famílias teve um ligeiro crescimento de 0,2% em janeiro (58,8%), influenciado pelo baixo nível de desemprego, aumento salarial real e expansão do crédito. Em relação a janeiro/2011, o endividamento caiu 1%. O percentual do setor com contas em atraso recuou de 13,1% para 11,4% para os que ganham menos de 10 salários-mínimos. O índice de consumo (ICF) registrou alta de 1,8% em relação a dezembro/2011, sob a influência da redução do IPI para produtos da linha branca (CNC).

Segundo a Abrasce, as vendas dos *shopping centers* subiram 18,6%, em 2011. O comércio eletrônico cresceu 3% em São Paulo (Fecomercio-SP).

A inadimplência das famílias na região metropolitana do Rio baixou de 15,7% para 13,6%, entre dezembro/2011 e janeiro/2012 (Fecomercio-RJ).

O total de desembarques nos aeroportos nacionais subiu 15,8% nos voos domésticos e 13,95% nos voos internacionais, em 2011.

Segundo a Serasa, em 2011 a devolução de cheques sem fundos atingiu 2,15% sobre o total, contra 1,76% em 2010.

Por proposta de representante da CNC, o FGTS abriu uma linha de crédito específica para material de construção.

Agricultura

Segundo a CNA, a safra de grãos 2011 chegou a 162,9 milhões de toneladas, alta de 9,2%. O valor da produção agropecuária subiu 15%, sendo 20,8% na pecuária e 11,6% na produção agrícola. Na Região Sul, a seca já produziu perda de três milhões de toneladas de soja. O Banco Central aumentou em R\$ 3 bilhões a linha de crédito rural. A Conab prevê uma safra de 158,4 milhões de toneladas, em 2012, 2,8% menor que a safra corrente.

A estiagem no Rio Grande do Sul está afetando 1,67 milhão de pessoas, em 291 municípios, mas as chuvas voltaram em meados deste mês. No Paraná, estima-se a perda de 4 milhões de toneladas, em 84 municípios.

Em Minas, 166 municípios estão sendo afetados pela chuva, e no Espírito Santo 32, sendo 14 em emergência. O mesmo está acontecendo no norte do Rio de Janeiro e na região montanhosa, assim como no Sertão de Pernambuco.

Mercado de Trabalho

O mercado de trabalho bateu recordes em 2011. A taxa de desemprego de dezembro, divulgada pelo IBGE, chegou a 4,7%, a menor desde que começou a série histórica da pesquisa, em março de 2002.

A taxa média anual também foi a menor, 6%, frente a 6,7% de 2010. O rendimento, apesar da inflação mais alta em 2011, teve ganho real de 2,7% chegando ao seu maior nível: R\$ 1.625,46. A parcela de empregados com carteira assinada também alcançou seu melhor patamar: 48,5% dos trabalhadores.

Segundo o Ministério do Trabalho/Caged, em 2011 foram criados 1.944.560 empregos com carteira assinada, cabendo registrar, porém, o alto índice de rotatividade: para um total de 21.703 mil de admissões corresponderam 19.759 mil de demissões. Somente em dezembro/2011, foram demitidos 408.172. A indústria paulista não criou um único emprego em 2011; ao contrário, demitiu 50 mil. Segundo o Dieese, a taxa média de desemprego no Brasil recuou de 11,9% em 2010 para 10,5% em 2011.

O setor serviços foi o maior gerador de empregos (925.537), seguido do comércio (452.077), com destaque para São Paulo, Minas e Rio de Janeiro.

Segundo o Bureau of Labor Statistics, em 2010, o salário/hora médio no setor industrial do Brasil foi de US\$ 10,00, comparável com US\$ 34 nos Estados Unidos, US\$ 11 na Alemanha, US\$ 8,40 na Hungria, US\$ 6,23 no México e US\$ 1,36 na China. Atualmente, nos Estados Unidos, novas contratações estão sendo feitas com salário médio de até US\$ 12/hora, inclusive na indústria automobilística. Por tudo isso, entre outras coisas, segundo José Pastore, o setor industrial deixou de ser competitivo no campo do trabalho. De janeiro a novembro do ano passado, o custo médio da força de trabalho na indústria subiu 3,6%, enquanto a produtividade teve recuo de 0,2%.

Setor Financeiro

O volume de empréstimos do setor financeiro, em 2011, alcançou R\$ 2.030 bilhões, uma alta de 19%, com destaques para habitação (44,5%), comércio (20,7%), pessoas físicas (15,44%), indústria (15,6%), rural (13,3%) e outros serviços (18,8%). Em relação ao PIB, esses empréstimos representam 49,1%, contra 45,2% em 2010. Com base nos recursos da Caderneta de Poupança, os empréstimos do sistema bancário para construção e compra de imóveis atingiram R\$ 79,9 bilhões em 2011 (+42%). Os desembolsos do BNDES encolheram 17% no ano passado, basicamente devido à redução de 27% para grandes empresas. Os projetos de infraestrutura concentram 40% do total, sendo que neste ano, deverá financiar 80% dos investimentos em aeroportos, prazo de 10 anos, juros TJLP.

Os empréstimos do Tesouro Nacional, com emissão de títulos, para compor o Fundo de Financiamentos do BNDES, montaram a R\$ 257,5 bilhões, desde 2008; em janeiro deste ano, foram emitidos mais R\$ 9,9 bilhões.

Do ponto de vista da política monetária, cabe notar a elevação de R\$ 16 bilhões nos depósitos compulsórios dos bancos, em dezembro, elevando a R\$ 53,2 bilhões o acréscimo de recolhimentos em relação ao saldo de dezembro/2010.

Segundo o BC, a taxa de inadimplência geral no sistema bancário foi de 5,5%, ante 4,5% em 2010. Para a Serasa, o índice cresceu 19%.

A novidade no sistema segurador é a autorização do Governo para privatizar o IRB. Nesse sentido, o BNDES já contratou a Price Waterhouse Coopers.

Inflação

A queda da taxa Selic do Banco Central de 11% para 10,5%, indicando tendência de mudança do ritmo da inflação, fortalece a expectativa de que o IPCA poderá atingir a meta de 4,5%, neste ano. Entretanto, a prévia do IPCA-15, em janeiro, chegou a 0,65%, a maior taxa desde maio/2011. No mesmo nível ficou o IPC-FIPE, com 0,68%, ante 0,79% em dezembro/2011, mas a prévia do IGP-M/FGV ficou em 0,22% e o IGP-DI/FGV em 0,08%. Segundo a Ata da reunião de 19 de janeiro do Copom, as reduções da Selic deverão prosseguir em 2012, com possibilidade de chegar a 9,5% ou 9,0%.

O custo de vida do paulistano subiu 5,91% em 2011, segundo a Fecomercio-SP.

Esta primeira apuração em janeiro reflete a queda de preços do minério de ferro e dos alimentos, seguindo a tendência geral das *commodities*. Entretanto, esse resultado poderá ser alterado pela redução da produção agrícola, devido à seca no Sul e chuvas no Sudeste.

Setor Fiscal

Do ponto de vista do equilíbrio fiscal, a situação piorou em 2011, quando o setor público reservou (superávit primário) apenas R\$ 128,7 bilhões para pagar juros de R\$ 236,7 bilhões. Daí resultou um déficit nominal de R\$ 108,0 bilhões e uma expansão da dívida bruta de R\$ 232,1 bilhões, com emissão de R\$ 179,2 bilhões de títulos públicos.

A arrecadação de tributos federais, em 2011, alcançou R\$ 969,907 bilhões. Descontada a inflação de 6,5% (IPCA), houve um aumento real de 10,1%.

Destacaram-se as receitas previdenciárias (R\$ 277,9 bilhões), a Cofins (R\$ 161,9 bilhões) e o Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (R\$ 106,9 bilhões).

Enquanto o INSS – que cobre mais de 20 milhões de aposentados – fechou 2011 com déficit de R\$ 36,5 bilhões (-22,3%), o déficit da previdência social do setor público foi de R\$ 56 bilhões, para um milhão de servidores.

Segundo o IBPT, a carga tributária no Brasil já ultrapassa 35% do PIB.

O mercado segurador está revoltado com a elevação da Cofins de 3% para 4% sobre o faturamento das corretoras de seguros, determinado pela SRF. Paralelamente, o Governo adiou para 31 de janeiro, a cobrança do IOF sobre derivativos cambiais, criada em setembro/2011.

Ponto negativo: em Relatório do Fórum Econômico Mundial, entre 142 países, o Brasil aparece com o pior índice de competitividade, ante a ineficiência da máquina pública e do complexo sistema tributário.

Setor Externo

Não começou bem o ano 2012 para o comércio exterior do Brasil. As exportações somaram US\$ 16,1 bilhões e as importações US\$ 17,4 bilhões. Registre-se que para 2012 as previsões do mercado e especialmente da AEB e do Banco Central apontam para um crescimento anual de apenas 3% a 4% para as exportações e 6% a 7% para as importações. Com isso, ficará agravado o quadro deficitário das Transações Correntes, com um déficit previsto de US\$ 65 bilhões, ante US\$ 53 bilhões em 2011.

As remessas dos emigrantes brasileiros caíram 60% desde 2008 e chegaram a US\$ 1,97 bilhão no ano passado.

A aparente melhora da situação externa, em face do montante das reservas cambiais que já chegou a US\$ 354,6 bilhões, não afasta o risco de agravamento do Balanço de Pagamentos como um todo. No mês de janeiro corrente, a balança comercial ficou negativa em cerca de US\$ 1 bilhão, ante a queda de 40,6% em minério de ferro, de 44,2% em açúcar e 75,9% em suco de laranja.

A política externa do Brasil sofreu um retrocesso, com a visita da Presidente Dilma a Cuba.